

## Contas Nacionais Trimestrais por Setor Institucional (Base 2011)

4º Trimestre de 2014

### **Capacidade de financiamento da economia passou de 2,4% do PIB no 3º trimestre para 1,9%**

A economia portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 1,9% do PIB no ano terminado no 4º trimestre de 2014, menos 0,5 pontos percentuais (p.p.) que no trimestre anterior. Esta diminuição foi determinada pela redução da poupança corrente da economia, em resultado da diminuição de 0,4% do Rendimento Disponível Bruto da Nação. A despesa de consumo final apresentou uma taxa de variação de -0,1% no ano terminado no 4º trimestre de 2014 (0,7% no trimestre anterior).

A capacidade de financiamento das Famílias diminuiu para 2,5% do PIB no ano acabado no 4º trimestre de 2014 (menos 1,3 p.p. do que no trimestre anterior). A taxa de poupança das Famílias também diminuiu, fixando-se em 6,9%, refletindo o aumento da despesa de consumo final das famílias e a diminuição do rendimento disponível (variações de 0,6% e -0,8%, respetivamente, no ano terminado no 4º trimestre de 2014). Os saldos das Sociedades Não Financeiras e das Sociedades Financeiras fixaram-se, respetivamente, em 0,6% e 3,3% do PIB no 4º trimestre de 2014 (0,7% e 2,3% no trimestre anterior, pela mesma ordem).

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) aumentou ligeiramente, passando de 4,4% do PIB no 3º trimestre para 4,5% no ano acabado no 4º trimestre de 2014. Em 2013, a necessidade de financiamento das AP foi 4,8% do PIB.

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI), relativas ao 4º trimestre de 2014.

Os agregados de Contas Nacionais estão expressos exclusivamente em termos nominais.

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam, referem-se ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente.

Refira-se que os resultados relativos a 2012 têm agora uma natureza final, estando disponíveis dados detalhados por ramo de atividade e por setores institucionais, que implicaram revisões face aos dados anteriormente disponíveis (ver final deste destaque).

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE:

[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_cnacionais](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais)

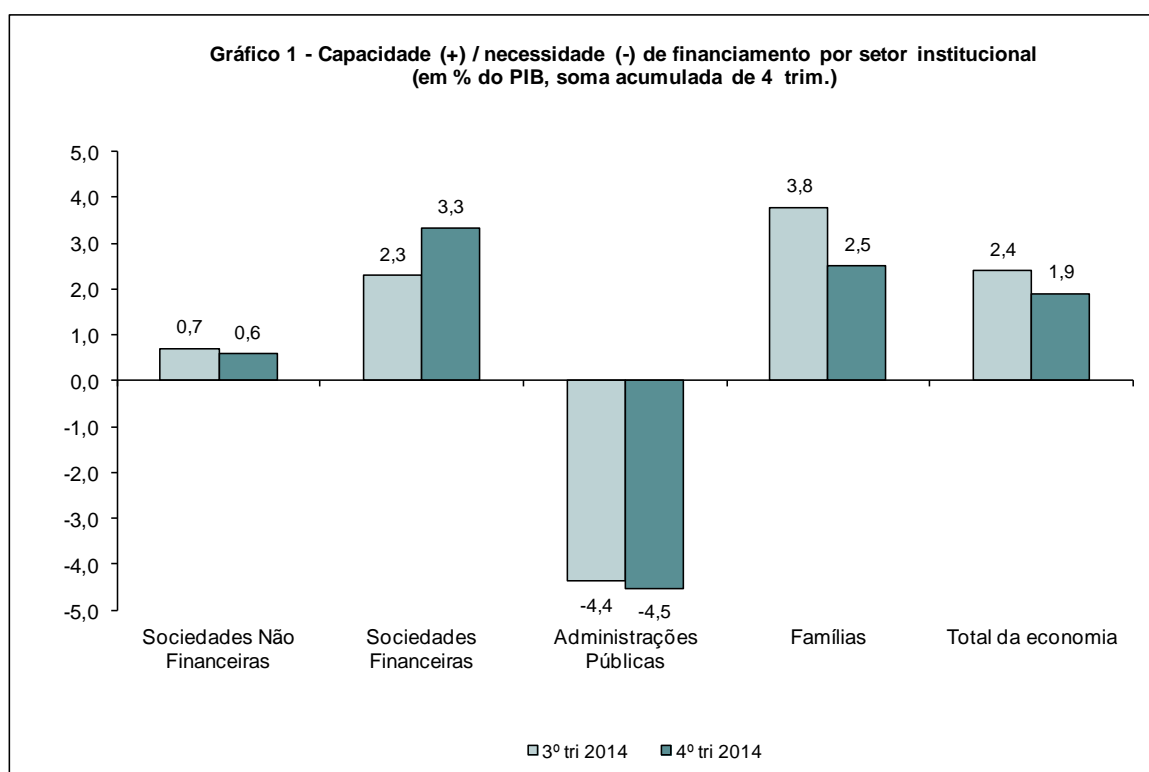
**Capacidade de financiamento da economia  
diminuiu para 1,9% do PIB**

A economia Portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 1,9% do PIB no 4º trimestre de 2014, menos 0,5 pontos percentuais (p.p.) que no trimestre anterior. Esta evolução deveu-se essencialmente à deterioração do saldo dos rendimentos de propriedade, tendo os rendimentos recebidos e pagos com o exterior registado taxas de variação de -4,3% e 0,7%, respetivamente. O saldo externo de bens e serviços estabilizou em 0,5% do PIB, com as importações e as exportações a aumentarem 1,2% e 1,1%, respetivamente.

O gráfico 1 apresenta a evolução da capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento da economia por setor institucional. A necessidade de financiamento das

Administrações Públicas (AP) aumentou 0,1 p.p., fixando-se em 4,5%. Este comportamento reflete sobretudo o efeito base da receita extraordinária associada ao Regime Excepcional de Regularização de Dívidas Fiscais verificado no 4º trimestre de 2013. Assim, a receita dos impostos sobre o rendimento diminuiu 5,3% no ano terminado no 4º trimestre de 2014.

Para os restantes setores da economia, a capacidade de financiamento diminuiu para 6,4% do PIB no 4º trimestre de 2014 (6,8% no trimestre anterior), devido sobretudo à redução do saldo do setor das Famílias em 1,3 p.p. do PIB. Esta redução refletiu a diminuição simultânea das remunerações e dos benefícios sociais recebidos (excluindo as prestações sociais em espécie) em 1,3% e 2,7%, respetivamente.



**Famílias: a capacidade de financiamento  
diminuiu para 2,5% do PIB**

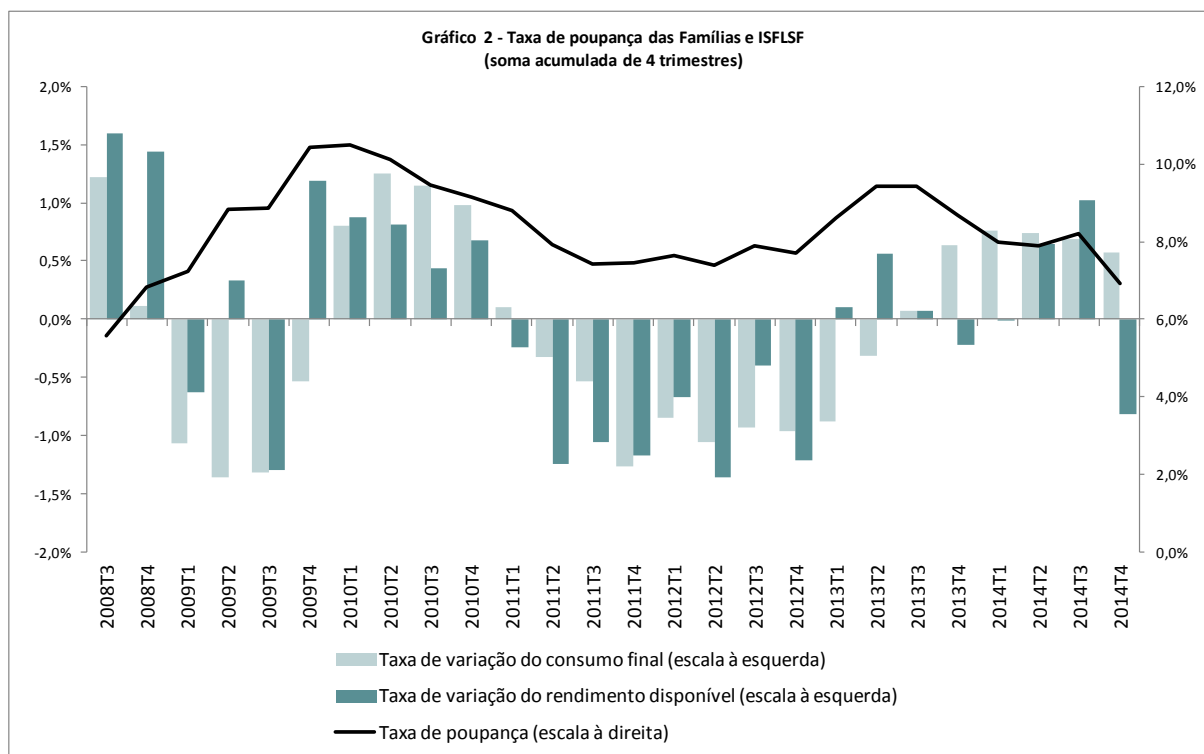
A capacidade de financiamento das Famílias diminuiu para 2,5% do PIB no ano acabado no 4º trimestre de 2014 (3,8% no trimestre anterior). Para este resultado contribuíram sobretudo, como atrás se referiu, a diminuição das remunerações e dos benefícios sociais recebidos (excluindo as prestações sociais em espécie), que registaram reduções de 1,3% e 2,7%, respetivamente, bem como o aumento da despesa de consumo final (variação de 0,6% no ano terminado no 4º trimestre de 2014). Este comportamento resultou, em parte, da alteração do momento de pagamento dos subsídios de férias e de Natal aos funcionários públicos e pensionistas. Recorde-se que, em 2013, um dos subsídios tinha sido pago no 4º trimestre, enquanto em 2014 foi pago no segundo.

A taxa de poupança diminuiu para 6,9% do rendimento disponível (ver gráfico 2), traduzindo o efeito

conjugado do aumento em 0,6% do consumo final com a diminuição do rendimento disponível em 0,8%.

Como se pode observar no quadro 1, que decompõe a taxa de variação do rendimento disponível, a diminuição das remunerações e das prestações sociais explicam, respetivamente, -0,8 p.p. e -0,6 p.p. da taxa de variação registada para o rendimento disponível. O efeito positivo provocado pelo imposto sobre o rendimento é explicado pelo efeito de base associado aos pagamentos elevados ocorridos no 4º trimestre de 2013 no âmbito do Regime Excecional de Regularização de Dívidas Fiscais.

O quadro 2 descreve a composição do rendimento disponível das Famílias, destacando-se a redução do peso dos impostos para 11,2% do rendimento disponível pelo motivo atrás referido. O excedente bruto de exploração/rendimento misto das Famílias representa 27,1% do rendimento disponível (mais 0,5 p.p. do que no trimestre anterior).



<sup>1</sup> Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo, incluindo as famílias propriamente ditas e as instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias

**Quadro 1: Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (pontos percentuais, MM4)**

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Prestações sociais líquidas de contribuições, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...+(5) - (6)
2010T1	0,2	0,3	-0,3	0,2	-0,1	-0,6	0,9
2010T2	0,5	0,2	0,4	0,3	0,1	0,6	0,8
2010T3	0,3	0,2	-0,2	0,1	-0,2	-0,2	0,4
2010T4	0,0	0,0	0,4	0,0	0,5	0,2	0,7
2011T1	-0,3	-0,1	0,0	0,2	0,2	0,2	-0,2
2011T2	-0,6	-0,2	-0,7	0,0	0,0	-0,1	-1,2
2011T3	-0,6	-0,2	0,0	0,0	0,1	0,2	-1,1
2011T4	-1,0	-0,1	0,0	0,2	0,1	0,4	-1,2
2012T1	-0,7	0,0	0,0	0,4	-0,4	0,0	-0,7
2012T2	-1,9	0,1	0,1	0,6	-0,1	0,2	-1,4
2012T3	-0,8	0,2	0,0	0,2	-0,2	-0,2	-0,4
2012T4	-1,7	0,2	-0,1	0,1	-0,1	-0,4	-1,2
2013T1	-0,1	0,1	0,6	0,2	0,3	1,0	0,1
2013T2	-0,1	0,1	0,4	0,2	0,1	0,1	0,6
2013T3	0,0	0,2	0,1	0,2	0,2	0,6	0,1
2013T4	0,8	0,1	0,0	-0,1	0,2	1,1	-0,2
2014T1	-0,2	0,2	0,1	-0,1	0,1	0,2	0,0
2014T2	0,7	0,2	0,2	-0,4	0,1	0,1	0,6
2014T3	0,6	0,2	0,3	0,3	0,0	0,4	1,0
2014T4	-0,8	0,3	-0,2	-0,6	0,0	-0,5	-0,8

**Quadro 2: Peso percentual das componentes do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (% , MM4)**

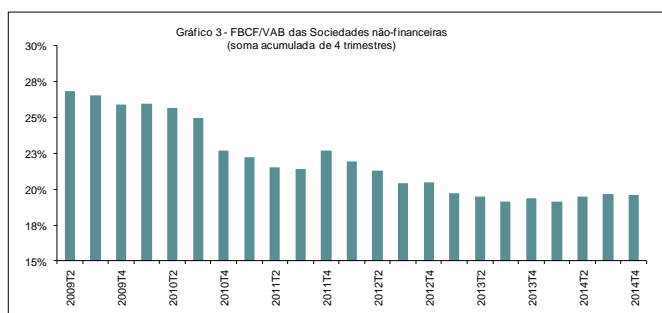
	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Impostos	Prestações sociais líquidas de contribuições sociais, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas
2010T1	65,9	24,5	7,8	-7,1	5,6	3,2
2010T2	65,9	24,5	8,1	-7,6	5,9	3,3
2010T3	65,8	24,5	7,9	-7,3	6,0	3,1
2010T4	65,4	24,3	8,2	-7,5	5,9	3,6
2011T1	65,2	24,3	8,2	-7,7	6,2	3,8
2011T2	65,5	24,5	7,6	-7,7	6,3	3,9
2011T3	65,5	24,5	7,7	-8,0	6,3	4,0
2011T4	65,2	24,7	7,8	-8,5	6,6	4,1
2012T1	65,0	24,9	7,8	-8,5	7,1	3,8
2012T2	64,0	25,3	8,0	-8,8	7,8	3,8
2012T3	63,4	25,5	8,0	-8,7	8,0	3,6
2012T4	62,5	26,1	8,0	-8,4	8,3	3,5
2013T1	62,3	26,1	8,7	-9,4	8,5	3,8
2013T2	61,9	26,1	9,0	-9,4	8,6	3,8
2013T3	61,8	26,2	9,1	-10,0	8,8	4,0
2013T4	62,8	26,4	9,1	-11,1	8,7	4,2
2014T1	62,6	26,6	9,2	-11,3	8,6	4,3
2014T2	62,9	26,7	9,3	-11,3	8,1	4,3
2014T3	62,8	26,6	9,4	-11,5	8,3	4,3
2014T4	62,5	27,1	9,3	-11,2	7,9	4,3

### Sociedades Não Financeiras: capacidade de financiamento atinge 0,6% do PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras fixou-se em 0,6% do PIB no ano terminado no 4º trimestre de 2014 (menos 0,1 p.p. que no trimestre anterior). A ligeira diminuição da capacidade de financiamento deste setor refletiu sobretudo a diminuição das receitas de rendimentos de propriedade (variação de -6,9%) e de transferências de capital.

Inversamente, as principais contribuições positivas para o saldo do setor tiveram origem nos impostos sobre o rendimento e no valor acrescentado bruto, que apresentaram variações de -10,0% e 0,5%, respetivamente.

A taxa de investimento (medida através do rácio entre a Formação Bruta de Capital Fixo e o VAB) estabilizou em 19,6% (idêntica ao trimestre anterior).



### Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento aumenta para 3,3% do PIB

No 4º trimestre de 2014, o setor das Sociedades Financeiras apresentou uma capacidade de financiamento de 3,3% do PIB, o que compara com 2,3% no trimestre anterior. Este aumento foi determinado sobretudo pela diminuição dos rendimentos de propriedade pagos (taxa de variação de -7,9% no ano acabado no 4º trimestre de 2014). As

remunerações pagas diminuíram 4,0% no ano terminado no 4º trimestre de 2014, o que compara com uma redução de 0,6% no trimestre anterior. A poupança corrente do setor aumentou 15,3%, tendo-se ainda verificado uma melhoria no saldo de capital.

### Setor das Administrações Públicas: défice aumenta 0,1 p.p.

A necessidade de financiamento do setor das Administrações Públicas (AP) registou um aumento de 0,1 p.p. no ano terminado no 4º trimestre de 2014, relativamente ao trimestre anterior, atingindo 4,5% do PIB. O aumento da necessidade de financiamento foi determinado pelo decréscimo da receita mais acentuado que o da despesa (ver quadros 3 e 4).

A diminuição da receita foi em grande medida determinada pela redução da receita de capital e, em menor grau, pelo decréscimo dos impostos sobre o rendimento e património. Refira-se que esta redução é sobretudo explicada pelo efeito de base associado à receita elevada obtida no 4º trimestre de 2013 no âmbito do Regime Excecional de Regularização de Dívidas Fiscais.

Do lado da despesa, verificou-se também uma diminuição, associada ao decréscimo das despesas com pessoal e das prestações sociais. Tal como foi já referido, este comportamento refletiu a alteração do momento de pagamento dos subsídios de férias e de Natal aos funcionários públicos e pensionistas. Em geral, as restantes componentes da despesa aumentaram.

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em cerca de -1.182 milhões de euros no 4º trimestre de 2014, correspondente a -2,7% do PIB.

Para o conjunto dos quatro trimestres de 2014, o saldo global das AP fixou-se em -7.822,3 milhões de euros, -4,5% do PIB (-4,8% do PIB em 2013). Conforme se observa no quadro 5, esta melhoria foi determinada pelo aumento de 0,5% da receita total, tendo o valor da despesa ficado próximo do valor observado em 2013. Destaque-se em particular os aumentos da receita com impostos sobre a produção e importação (5,0%) e com as contribuições sociais (2,3%).

O quadro 6 sintetiza os principais ajustamentos efetuados na passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional. Comparando o 4º trimestre de 2014 com o trimestre homólogo, verifica-se que, apesar de uma ligeira melhoria do saldo em contabilidade pública, o saldo em contabilidade nacional agravou-se sobretudo em consequência da assunção da dívida garantida do Fundo de Contragarantia Mútuo em cerca de 0,5% do PIB. De salientar ainda que, em termos homólogos, as

injeções de capital em empresas públicas integradas nas AP, registam um crescimento acentuado. No entanto, esta operação não tem qualquer impacto no saldo global das AP por se encontrar também registada como receita na rubrica "Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais".

Importa ainda referir que os resultados relativos a 2014 não incluem qualquer possível impacto da capitalização do Novo Banco por parte do Fundo de Resolução. Tendo em consideração que a venda do Novo Banco ainda não ocorreu, não existe informação suficiente para avaliar em termos finais a operação de capitalização (ver caixa no destaque sobre a 1ª notificação de 2015 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos, também hoje divulgado).

Quadro 3: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

	unidade: 10 <sup>6</sup> euros							
	2013T1	2013T2	2013T3	2013T4	2014T1	2014T2	2014T3	2014T4
<b>Receitas totais</b>	72.030,2	72.802,0	73.769,2	76.636,7	77.225,0	77.868,7	78.853,9	77.011,9
Receita corrente	69.576,5	70.664,2	72.113,3	75.062,6	75.590,9	76.355,9	77.317,7	75.740,8
Impostos sobre o rendimento e património	15.692,5	16.733,3	17.503,2	19.388,4	19.550,7	19.490,6	19.977,4	18.921,6
Impostos sobre a produção e importação	23.108,1	22.799,1	22.972,6	23.442,2	23.705,9	24.277,4	24.638,5	24.616,8
Contribuições sociais	19.254,8	19.271,2	19.536,5	20.051,4	20.043,2	20.467,7	20.812,0	20.512,7
Vendas	6.506,5	6.527,0	6.704,6	6.666,9	6.776,7	6.804,5	6.744,1	6.769,2
Outras receitas correntes	5.014,5	5.333,6	5.396,3	5.513,7	5.514,4	5.315,7	5.146,7	4.920,6
Receitas de capital	2.453,7	2.137,8	1.655,9	1.574,0	1.634,1	1.512,8	1.536,2	1.271,1
<b>Despesas totais</b>	82.571,7	82.079,2	83.653,8	84.817,6	83.881,7	85.702,3	86.435,5	84.834,2
Despesa corrente	76.860,4	77.413,8	78.638,4	79.633,9	79.330,8	80.094,7	80.905,5	79.272,9
Prestações sociais	33.290,7	33.480,2	34.040,9	34.522,2	34.518,8	34.533,4	35.215,3	34.092,2
Despesas com pessoal	19.889,2	20.184,9	20.434,4	21.059,6	20.685,1	21.203,4	21.406,2	20.481,5
Juros	8.195,6	8.237,7	8.310,0	8.318,6	8.351,7	8.377,9	8.495,8	8.580,3
Consumo intermédio	9.726,4	9.870,9	10.018,8	9.718,8	9.835,2	9.854,4	9.915,6	10.193,9
Subsídios	1.022,3	980,1	989,3	1.033,9	1.099,3	1.173,7	1.159,3	1.164,3
Outra despesa corrente	4.736,1	4.660,2	4.846,0	4.980,8	4.840,7	4.951,9	4.713,1	4.760,7
Despesa de capital	5.711,4	4.665,4	5.015,4	5.183,7	4.550,8	5.607,7	5.530,0	5.561,4
Investimento <sup>(1)</sup>	3.550,4	3.316,7	3.715,4	3.664,8	3.763,5	3.558,0	3.498,2	3.546,1
Outra despesa de capital	2.161,0	1.348,7	1.300,0	1.518,9	787,4	2.049,6	2.031,8	2.015,3
Saldo corrente	-7.283,9	-6.749,6	-6.525,1	-4.571,2	-3.739,9	-3.738,8	-3.587,8	-3.532,1
Saldo total	-10.541,5	-9.277,2	-9.884,6	-8.180,9	-6.656,7	-7.833,7	-7.581,6	-7.822,3
<i>Por Memória:</i>								
Despesa corrente primária	68.664,72	69.176,17	70.328,41	71.315,28	70.979,14	71.716,84	72.409,62	70.692,58
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	167.335,33	167.435,09	168.015,18	169.394,86	170.051,65	171.823,32	173.193,36	173.053,30
Déficit em % PB	-6,3%	-5,5%	-5,9%	-4,8%	-3,9%	-4,6%	-4,4%	-4,5%

Quadro 4: Taxas de variação das Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas ao ano acabado no trimestre

	taxas de variação (%)							
	2013T1	2013T2	2013T3	2013T4	2014T1	2014T2	2014T3	2014T4
<b>Receitas totais</b>	-0,2	1,1	1,3	3,9	0,8	0,8	1,3	-2,3
Receita corrente	0,6	1,6	2,1	4,1	0,7	1,0	1,3	-2,0
Impostos sobre o rendimento e património	3,6	6,6	4,6	10,8	0,8	-0,3	2,5	-5,3
Impostos sobre a produção e importação	-1,0	-1,3	0,8	2,0	1,1	2,4	1,5	-0,1
Contribuições sociais	0,6	0,1	1,4	2,6	0,0	2,1	1,7	-1,4
Vendas	0,2	0,3	2,7	-0,6	1,6	0,4	-0,9	0,4
Outras receitas correntes	-1,1	6,4	1,2	2,2	0,0	-3,6	-3,2	-4,4
Receitas de capital	-17,4	-12,9	-22,5	-4,9	3,8	-7,4	1,6	-17,3
<b>Despesas totais</b>	1,2	-0,6	1,9	1,4	-1,1	2,2	0,9	-1,9
Despesa corrente	0,9	0,7	1,6	1,3	-0,4	1,0	1,0	-2,0
Prestações sociais	0,9	0,6	1,7	1,4	0,0	0,0	2,0	-3,2
Despesas com pessoal	1,0	1,5	1,2	3,1	-1,8	2,5	1,0	-4,3
Juros	-0,2	0,5	0,9	0,1	0,4	0,3	1,4	1,0
Consumo intermédio	0,4	1,5	1,5	-3,0	1,2	0,2	0,6	2,8
Subsídios	0,4	-4,1	0,9	4,5	6,3	6,8	-1,2	0,4
Outra despesa corrente	3,3	-1,6	4,0	2,8	-2,8	2,3	-4,8	1,0
Despesa de capital	5,6	-18,3	7,5	3,4	-12,2	23,2	-1,4	0,6
Investimento <sup>(1)</sup>	-7,5	-6,6	12,0	-1,4	2,7	-5,5	-1,7	1,4
Outra despesa de capital	37,7	-37,6	-3,6	16,8	-48,2	160,3	-0,9	-0,8

<sup>(1)</sup> Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas cessões ativos não financeiros não produzidos

**Quadro 5: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas**

	1-4º trimestre de 2013		1-4º trimestre de 2014		Taxas de variação(%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
<b>Receitas totais</b>	<b>76.636,7</b>	<b>45,2</b>	<b>77.011,9</b>	<b>44,5</b>	<b>0,5</b>
Receita corrente	75.062,6	44,3	75.740,8	43,8	0,9
Impostos sobre o rendimento e património	19.388,4	11,4	18.921,6	10,9	-2,4
Impostos sobre a produção e importação	23.442,2	13,8	24.616,8	14,2	5,0
Contribuições sociais	20.051,4	11,8	20.512,7	11,9	2,3
Vendas	6.666,9	3,9	6.769,2	3,9	1,5
Outras receitas correntes	5.513,7	3,3	4.920,6	2,8	-10,8
Receitas de capital	1.574,0	0,9	1.271,1	0,7	-19,2
<b>Despesas totais</b>	<b>84.817,6</b>	<b>50,1</b>	<b>84.834,2</b>	<b>49,0</b>	<b>0,0</b>
Despesa corrente	79.633,9	47,0	79.272,9	45,8	-0,5
Prestações sociais	34.522,2	20,4	34.092,2	19,7	-1,2
Despesas com pessoal	21.059,6	12,4	20.481,5	11,8	-2,7
Juros	8.318,6	4,9	8.580,3	5,0	3,1
Consumo intermédio	9.718,8	5,7	10.193,9	5,9	4,9
Subsídios	1.033,9	0,6	1.164,3	0,7	12,6
Outra despesa corrente	4.980,8	2,9	4.760,7	2,8	-4,4
Despesa de capital	5.183,7	3,1	5.561,4	3,2	7,3
Investimento <sup>(1)</sup>	3.664,8	2,2	3.546,1	2,0	-3,2
Outra despesa de capital	1.518,9	0,9	2.015,3	1,2	32,7
<b>Saldo corrente</b>	<b>-4.571,2</b>	<b>-2,7</b>	<b>-3.532,1</b>	<b>-2,0</b>	
<b>Saldo total</b>	<b>-8.180,9</b>	<b>-4,8</b>	<b>-7.822,3</b>	<b>-4,5</b>	

<sup>(1)</sup> Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas cessões ativos não financeiros não produzidos

**Quadro 6: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional**

	Unid: milhões euro	
	2013T4	2014T4
<b>Saldo em contabilidade pública:</b>	<b>-3.346,2</b>	<b>-3.035,0</b>
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	1.327,3	2.215,7
Diferença entre juros pagos e devidos	502,1	357,2
Outros valores a receber:	732,8	751,6
<i>Ajust. temporal de impostos e contribuições</i>	530,7	532,4
<i>Outros</i>	202,1	219,1
Outros valores a pagar:	399,3	148,3
<i>Encargos assumidos e não pagos</i>	415,1	356,9
<i>Outros</i>	-15,8	-208,7
Outros ajustamentos:	-556,6	-1.619,7
<i>dos quais:</i>		
<i>Injeções de capital e assunção de dívidas</i>	-506,4	-1.927,9
<b>Saldo em contabilidade nacional :</b>	<b>-941,3</b>	<b>-1.182,0</b>
FIB Trimestral	43.852,3	43.712,2
Em % do PIB	-2,5%	-2,7%



**Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto diminuiu 0,3%**

No 4º trimestre de 2014, o Rendimento Nacional Bruto (RNB) registou uma variação nominal de -0,3%, inferior em 0,2 p.p. à taxa de variação do PIB nominal. Para este resultado contribuiu o agravamento do saldo dos rendimentos de propriedade (juros e dividendos) com o exterior, observando-se taxas de variação de -4,3% nos rendimentos recebidos e 0,7% nos rendimentos pagos.

Quadro 7: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2008T1	176 952		170 963		172 359	
2008T2	178 076	0,6	171 724	0,4	173 065	0,4
2008T3	179 096	0,6	172 230	0,3	173 741	0,4
2008T4	178 873	-0,1	171 910	-0,2	173 720	0,0
2009T1	177 215	-0,9	170 002	-1,1	171 641	-1,2
2009T2	176 035	-0,7	168 802	-0,7	170 272	-0,8
2009T3	175 548	-0,3	169 090	0,2	170 190	0,0
2009T4	175 448	-0,1	169 024	0,0	169 934	-0,2
2010T1	177 303	1,1	171 170	1,3	172 098	1,3
2010T2	178 320	0,6	171 996	0,5	173 109	0,6
2010T3	179 355	0,6	172 389	0,2	173 668	0,3
2010T4	179 930	0,3	173 689	0,8	174 798	0,7
2011T1	179 538	-0,2	174 234	0,3	175 481	0,4
2011T2	179 018	-0,3	174 099	-0,1	175 360	-0,1
2011T3	178 026	-0,6	174 108	0,0	175 427	0,0
2011T4	176 167	-1,0	172 518	-0,9	173 844	-0,9
2012T1	174 892	-0,7	170 350	-1,3	171 672	-1,2
2012T2	172 127	-1,6	167 717	-1,5	168 926	-1,6
2012T3	170 486	-1,0	165 950	-1,1	167 106	-1,1
2012T4	168 398	-1,2	164 317	-1,0	165 851	-0,8
2013T1	167 335	-0,6	164 270	0,0	165 768	-0,1
2013T2	167 435	0,1	165 206	0,6	166 860	0,7
2013T3	168 015	0,3	165 999	0,5	167 659	0,5
2013T4	169 395	0,8	167 718	1,0	169 395	1,0
2014T1	170 052	0,4	168 299	0,3	170 247	0,5
2014T2	171 823	1,0	170 154	1,1	171 973	1,0
2014T3	173 193	0,8	171 664	0,9	173 638	1,0
2014T4	173 053	-0,1	171 108	-0,3	172 994	-0,4

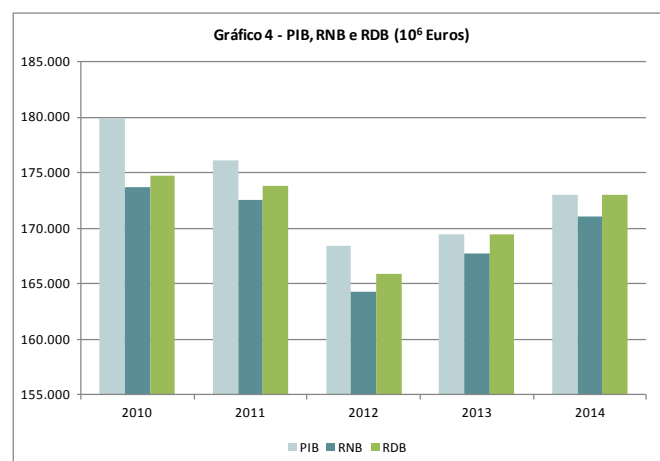
O Rendimento Disponível Bruto da Nação (RDB) registou uma diminuição de 0,4% no 4º trimestre de 2014, enquanto a despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) registou uma diminuição de 0,1%, o que determinou uma diminuição de 2,1% da poupança corrente da economia. Este efeito, em conjunto com a diminuição do saldo das transferências de capital, determinou a diminuição da capacidade de financiamento da economia para 1,9% do PIB (menos 0,5 p.p. que no trimestre anterior).

A FBC para o total da economia estabilizou em 14,9% do PIB no 4º trimestre de 2014.

Quadro 8 - Poupança e Capacidade/necessidade de financiamento unidade: % do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Investimento + Aquisições líquidas de ativos não financeiros não produzidos	Capacidade/necessidade líquida de financiamento
2008T1	12,3	-1,1	23,2	-9,8
2008T2	11,8	-1,0	23,4	-10,7
2008T3	11,2	-0,8	23,7	-11,7
2008T4	11,0	-0,9	23,3	-11,4
2009T1	10,4	-0,8	22,6	-11,4
2009T2	10,4	-1,1	21,8	-10,3
2009T3	10,9	-1,2	21,2	-9,2
2009T4	10,7	-1,1	20,8	-9,0
2010T1	11,3	-1,0	21,1	-8,9
2010T2	10,9	-0,9	21,4	-9,6
2010T3	10,4	-1,0	20,9	-9,5
2010T4	10,7	-1,3	21,1	-9,1
2011T1	11,2	-1,5	20,9	-8,2
2011T2	11,8	-1,4	20,3	-7,1
2011T3	12,7	-1,5	20,0	-5,9
2011T4	13,0	-1,4	18,5	-4,1
2012T1	12,5	-1,6	17,5	-3,4
2012T2	12,9	-1,7	16,5	-1,9
2012T3	12,7	-1,8	15,4	-0,8
2012T4	13,7	-2,0	15,7	0,0
2013T1	14,3	-1,8	15,0	1,0
2013T2	14,9	-1,8	14,6	2,0
2013T3	15,1	-1,7	14,7	2,1
2013T4	15,4	-1,5	14,4	2,5
2014T1	15,4	-1,6	14,7	2,3
2014T2	15,5	-1,5	14,8	2,2
2014T3	15,7	-1,5	14,8	2,4
2014T4	15,4	-1,4	14,8	1,9

Em termos de séries anuais, é de referir que após a redução nominal dos três agregados (PIB, RNB e RDB), em 2012 se assistiu nos dois anos seguintes ao seu crescimento a taxas sensivelmente semelhantes.

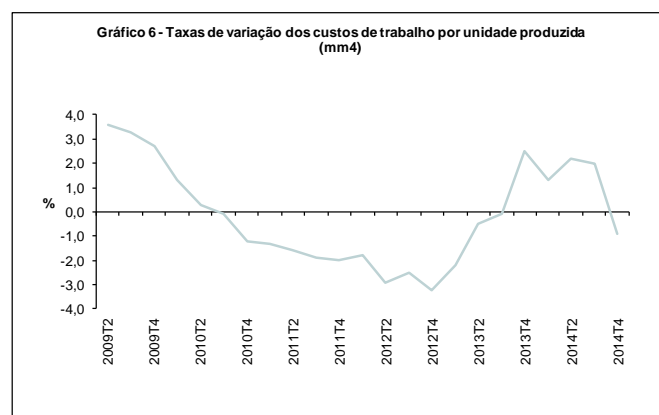
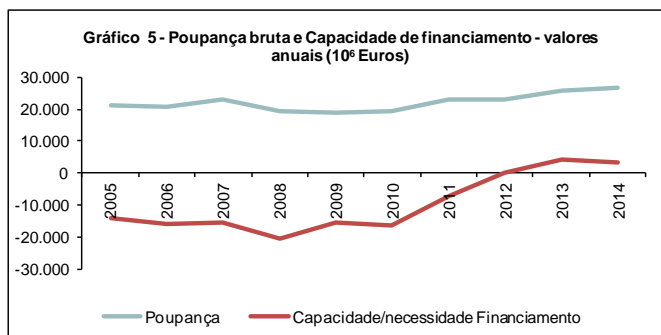


Contudo, em 2012, pela primeira vez na presente série de Contas Nacionais, a economia portuguesa apresentou capacidade de financiamento, ainda que num montante residual (15 milhões de euros). Em 2013 e 2014 este saldo foi reforçado, atingindo 2,5% e 1,9%

do PIB, respetivamente. A poupança bruta apresentou uma tendência crescente, fixando-se em 15,4% do PIB nos dois últimos anos.

### **Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) diminuem**

No 4º trimestre de 2014, os CTUP diminuíram 0,9%, o que compara com um aumento de 2,0% no trimestre anterior em consequência da redução da remuneração média em 1,4%, que mais que compensou a diminuição da produtividade.



## Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

As Contas Trimestrais por Sector Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Relativamente à publicação anterior, referente ao 3º trimestre de 2014, são de destacar:

- A compilação de resultados finais relativos a 2012, estando disponíveis dados detalhados por ramo de atividade e por setores institucionais, que teve consequências nas estimativas trimestrais para 2012 e seguintes.

As Contas Nacionais para o total da economia e por setor institucional relativas ao ano de 2012 utilizam um vasto conjunto de fontes estatísticas na sua compilação, que permite melhorar as estimativas anteriormente disponíveis. A Informação Empresarial Simplificada (IES) constitui uma fonte de informação fundamental para o setor das sociedades não financeiras. Destacam-se como principais impactos da integração da informação da IES, a revisão em baixa quer dos rendimentos de propriedade pagos pelas sociedades não financeiras, quer das remunerações pagas por estas sociedades, principalmente por via da revisão em baixa do pessoal remunerado. Em ambos os casos, tal determinou uma melhoria no saldo das sociedades, particularmente não financeiras, por oposição ao agravamento registado no saldo das famílias.

Adicionalmente, ao nível da conta de capital, é de salientar a revisão em baixa do Investimento conforme se refere no destaque também hoje

publicado relativo aos resultados finais para 2012 das Contas Nacionais Anuais.

- Revisões das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) em parte refletindo as alterações introduzidas com as Contas Nacionais Anuais detalhadas para 2012, bem como da integração de informação atualizada para o setor das Administrações Públicas e do comércio internacional de bens e serviços para 2012 e anos seguintes (ver destaque sobre as Contas Nacionais Anuais 2012).
- Atualização do saldo do Resto do Mundo, em consequência da revisão da série da Balança de Pagamentos para o período 2012-2014. Note-se que as revisões nos saldos dos diversos setores internos refletem também a revisão no saldo do Resto do Mundo.

O quadro seguinte sintetiza, para o ano de 2012, as principais revisões ocorridas face à versão anterior.

Revisões na Capacidade (+) /Necessidade (-) de Financiamento e principais componentes

2012		Un.: 10 <sup>6</sup> Euros		
		S11	S1M	S2
Capacidade (+) /Necessidade (-) de Financiamento	Dados provisórios	-5.202	7.844	1.025
	Dados finais	-667	4.969	-15
	<b>Diferença</b>	<b>4.535</b>	<b>-2.875</b>	<b>-1.041</b>
Remunerações dos empregados Pagas (D1E)	Dados provisórios	46.474	5.828	358
	Dados finais	45.693	5.924	358
	<b>Impacto no saldo</b>	<b>781</b>	<b>-96</b>	<b>0</b>
Remunerações dos empregados Recebidas (D1R)	Dados provisórios		76.092	388
	Dados finais		75.275	388
	<b>Impacto no saldo</b>		<b>-817</b>	<b>0</b>
Saldo Rendimentos de Propriedade (D4R - D4E)	Dados provisórios	-13.319	11.014	6.788
	Dados finais	-11.368	9.678	5.914
	<b>Impacto no saldo</b>	<b>1.951</b>	<b>-1.335</b>	<b>-874</b>
Formação Bruta de Capital (P5)	Dados provisórios	16.930	6.200	
	Dados finais	15.413	6.313	
	<b>Impacto no saldo</b>	<b>1.517</b>	<b>-113</b>	

S.11-Sociedades não financeiras; S.1M - Famílias e Instituições Sem Fim Lucrativo;  
S.2 - Resto do Mundo

O principal facto a assinalar é a melhoria em cerca de 4500 milhões de euros no saldo no setor das sociedades não financeiras, em contraste com o resto

do mundo (-1041 milhões de euros) e das famílias (-2875 milhões de euros). As principais operações que estão na origem das revisões são: i) as remunerações pagas pelas sociedades, com uma revisão em baixa de 781 milhões de euros, resultante, em grande medida, da revisão em baixa do emprego remunerado; ii) o saldo dos rendimentos de propriedade, revisto em 1951 milhões de euros em benefício das sociedades, principalmente devido ao montante inferior de

dividendos pagos, por contrapartida do setor das famílias (1335 milhões de euros) e, em menor grau, do resto do mundo (874 milhões de euros); iii) e o investimento por parte das sociedades não financeiras, também revisto em baixa em 1517 milhões de euros, em resultado da revisão da conta de bens e serviços.

### Nota metodológica

Os resultados têm uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões, e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais por não serem ajustadas de sazonalidade. Caso nada seja indicado em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas (SEC 2010), sendo de destacar as definições seguintes:

**Capacidade/necessidade de financiamento** - A capacidade ou a necessidade de financiamento é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

**Consumo Final** – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais com a aquisição de bens e serviços para satisfação direta de necessidades humanas, quer individuais, quer coletivas.

**Custos do trabalho por Unidade Produzida (CTUP)** – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

**Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)** – A formação bruta de capital fixo (P.51) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

**Formação Bruta de Capital (Investimento)** – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) inclui a FBCF, a Variação de Existências e a Aquisição (líquida de cessões) de Objetos de Valor.

**Rendimento disponível** – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

**Rendimento Nacional Bruto (RNB)** – O rendimento nacional bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remunerações de empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração (brutos ou líquidos) e rendimento misto (bruto ou líquido).

**Rendimentos de propriedade** – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

**Poupança** – É a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

**Produto Interno Bruto (PIB)** – O produto interno bruto a preços de mercado representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIBpm é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIBpm é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

**Sector institucional** – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

**Taxa de investimento** – Representa o rácio entre a Formação bruta de capital fixo e o Valor acrescentado bruto.

**Taxa de poupança das Famílias** – A taxa de poupança mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível, ajustado com a variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões.

### **Saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública**

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.